



CENTRAIS EÓLICAS ESPIGÃO S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)
CNPJ 11.197.321/0001-44

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Permanecemos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

Pindai, 17 de fevereiro de 2014

A Diretoria

Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$					
Ativos			Passivos e Patrimônio Líquido		
Circulantes			Circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	3	86	Fornecedores	5	18.564
Aplicações financeiras	3	12.074	Financiamento	6	32.786
Outros créditos		77	Impostos a recolher		110
Total dos ativos circulantes		12.237	Total dos passivos circulantes		51.460
Não Circulantes			Patrimônio Líquido		
Imobilizado	4	49.063	Capital social	7	4.379
Total dos ativos não circulantes		49.063	Reserva de capital		251
Total dos Ativos			Prejuízos acumulados		(191)
			Recurso para futuro aumento de capital		5.405
			Total do patrimônio líquido		4.626
			Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		61.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$					
Reserva de capital -			Reserva de benefícios a		
empregados liquidados com			recursos para		
instrumentos de patrimônio			futuro aumento		
líquido			de capital		
Total do			patrimônio		
líquido			líquido		
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		220			456
Aumento do capital social	7	4.159			4.159
Lucro líquido do exercício		-			5
Reconhecimento de pagamento baseado em ações		-			4.626
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		4.379			5.405
Recurso para futuro aumento de capital		-			(191)
Prejuízo do exercício		-			(195)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		4.379			5.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma

1. **Informações Gerais:** A Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Eólica Participações S.A. e que faz parte do "Grupo Renova" que representa as empresas sob controle direto ou indireto da Renova Energia S.A. (holding final do "Grupo Renova"). A Companhia foi constituída em 25 de setembro de 2009 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico "Espigão", localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda sua produção controlada por diversas distribuidoras de energia, no âmbito do Leilão de Energia Nova - 2011. Segundo Portaria nº 172 da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, o período de autorização da Companhia é de 35 anos a partir de 22 de março de 2012. O parque está em fase de construção. Em 13 de agosto de 2012, a Companhia assinou o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia, por meio do qual, a Centrais Eólicas Espigão S.A. venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de março de 2014.

2. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as políticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as políticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram aprovadas para conclusão pela Administração em 17 de fevereiro de 2014. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. 2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma. 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras e as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são: • Imobilizado (nota explicativa nº 4); • Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 7); 2.5. **Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. 2.5.1. **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor

justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. 2.5.2. **Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda para redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando necessário. O custo dos ativos construídos pela própria entidade incluído o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável. Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financeiros. 2.5.3. **Redução ao valor recuperável de ativos:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. 2.5.4. **Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. 2.5.5. **Resultados:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamento e com partes relacionadas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são reconhecidos no resultado através do método dos juros efetivos. 2.5.6. **Imposto de renda e contribuição social:** Para 31 de dezembro de 2013 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Para 31 de dezembro de 2012 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. 2.5.7. **Pagamento baseado em ações:** O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido ou capitalizado durante a construção do parque eólico, com base em estimativas da Administração da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$			
A Diretoria			
Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$			
Despesas			
Gerais e administrativas			
Prejuízo antes do Resultado Financeiro e dos Impostos sobre o Lucro	8	(186)	(4)
Resultado Financeiro	9	(186)	(4)
Receitas financeiras		-	20
Despesas financeiras		(5)	(6)
Total		(5)	14
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(191)	10
Imposto de renda e contribuição social	10	-	(5)
Lucro (Prejuízo) por Ação Básico e Diluído		(0,044)	0,001

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$			
A Diretoria			
Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício		(191)	5

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$			
A Diretoria			
Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$			
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(191)	5

Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Encargos sobre mútuo		-	5
Aumento nos ativos operacionais:			
Outros créditos		(74)	(3)
Aumento nos passivos operacionais:			
Impostos a recolher		108	2
Pagamentos de juros sobre financiamentos	6	(102)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(259)	9
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras		(11.859)	-
Aquisição de imobilizado	4	13	(2.174)
Pagamento de imobilizado adquirido em períodos anteriores	13	(4.695)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(38.323)	(2.174)

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento do capital social	7	-	3.268
Recursos para futuro aumento de capital	7	5.405	-
Captação de financiamentos	6	37.000	1.000
Pagamentos de financiamentos	6	(6.000)	-
Mútuos com partes relacionadas - ingresso		-	160
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		36.405	4.428
Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.177)	2.263
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	2.263	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	86	2.263

Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflete as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Reserva de capital" que registrou o benefício aos empregados. 2.5.8. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados: No exercício de 2013, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2014 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.			

3. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras: 31/12/13 31/12/12			
Bancos conta movimento		86	13
Aplicações financeiras		12.074	2.260
Total		12.160	2.263
Apresentados como:			
Caixa e equivalentes de caixa		86	2.263
Aplicações financeiras		12.074	-
Total		12.160	2.263

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados às taxas que variam de 90% até 102% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.			
4. Imobilizado:			
Imobilizado em curso			
Terrenos	-	37	394
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	5.803
Torres de medição	-	222	84
Aerogeradores	-	20	20.486
Equipamentos de substituição	-	5.390	5.390
A ratear	464	752	1.295
Adiantamento a fornecedores	167	1.007	1.174
Total do ativo imobilizado	631	7.428	8.059

Total do ativo imobilizado 631 7.428 8.059 41.004

continua



* continuação

CENTRAIS EÓLICAS ESPIGÃO S.A.

(Companhia em fase pré-operacional) - CNPJ 11.197.321/0001-44

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma

Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos com a construção do parque eólico que serão unificados antes de sua entrada em operação. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

5. Fornecedores:

Fornecedores 31/12/13 31/12/12
18.564 4.695

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2013 refere-se, basicamente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais para construção do parque eólico.

6. Financiamentos:

	31/12/13	31/12/12
Encargos Principal Total	Encargos Principal Total	Encargos Principal Total
Notas promissórias - Itaú Unibanco	324 21.000 21.324	- - -
BNDES - ponte (TJLP + 2,94% a.a.)	462 11.000 11.462	2 1.000 1.002
	786 32.000 32.786	2 1.000 1.002

Movimentação:

	31/12/13	31/12/12
Saldo inicial	1.002	1.000
Financiamentos obtidos	37.000	1.000
Encargos financeiros capitalizados	896	-
Encargos financeiros pagos	(102)	-
Amortização de financiamento	(6.000)	-
Saldo final	32.786	1.002

Notas promissórias: Em 05 de novembro de 2013, a Companhia emitiu notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de R\$21.000 e nos termos da instrução CVM nº 476. Sobre as notas promissórias incidem juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI - Depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", acrescida exponencialmente de spread de 0,98% a.a. O vencimento das notas promissórias comerciais é de 180 (cento e oitenta) dias contados das respectivas datas de emissão, ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia. As notas promissórias possuem garantia fidejussória pela Companhia por meio de aval da controladora Renova Energia S.A. para a totalidade das obrigações a serem assumidas pela Companhia. Os recursos serão destinados à implementação do parque eólico Espigão. **BNDES (Curto prazo):** Em 07 de junho de 2013, a Companhia assinou contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$11.000. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação do parque eólico Espigão. O vencimento do principal da dívida decorrente deste contrato será pago ao BNDES em prestação única em 15 de junho de 2014, ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia. São garantias do financiamento o penhor de ações da controladora Renova Eólica Participações S.A. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,98% ao ano mais TJLP. Esta operação estabeleceu o índice (patrimônio líquido/ativo total) da controladora Renova Energia S.A. deve ser igual ou superior a 0,25. Em 31 de dezembro de 2013 esse índice foi atingido. **7. Patrimônio Líquido: Capital social:** A Renova Eólica Participações S.A. é o acionista controlador da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. Até 31 de outubro de 2012 em 31 de dezembro de 2011, a Companhia era controlada diretamente pela Renova Energia S.A., que naquela mesma data, aumentou o capital social na Renova Eólica Participações S.A. através de transferência da totalidade das ações da Companhia. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e em 2012 é de R\$4.379, e está representado por 4.379.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **Transformação do tipo jurídico:** Em 31 de outubro de 2012, os acionistas da Companhia deliberaram transformar o tipo jurídico da sociedade empresária limitada em sociedade por ações, de capital fechado. **Integralização de capital:** Em 30 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital em R\$1.345, correspondente à emissão privada de 1.345.673 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia passou de R\$ 220 para R\$1.565. Em 31 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital em R\$2.814, correspondente à emissão privada de 2.813.791 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia passou de R\$1.565 para R\$4.379. **Reserva de capital:** Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu os custos dos serviços prestados em acordos firmados com os executivos do Grupo Renova (Companhias controladas direta ou indiretamente pela Renova Energia S.A.) através de pagamentos baseados em ações da sua

controladora indireta Renova Energia S.A. **Apropriação do lucro:** De acordo com o estatuto social da Companhia, as importâncias apropriadas à reserva de lucros são determinadas como segue: **a) Reserva legal:** A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido, até alcançar o limite de 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. **b) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido, após serem observados os prejuízos acumulados. **Recursos para futuro aumento de capital:** Os adiantamentos para futuro aumento de capital, de acordo com contrato, possuem características de irrevogabilidade e irretroatividade e minuta com quantidade fixa de ações a serem adquiridas. Desta forma a Companhia classificou esses adiantamentos para futuro aumento de capital dentro do seu patrimônio líquido. Esses recursos foram aportados pela controladora Renova Eólica Participações S.A.

8. Despesas:

	31/12/13	31/12/12
Despesas operacionais	(129)	-
Alugueis e arrendamentos	(44)	-
Outras	(13)	(4)
Total	(186)	(4)

9. Resultado Financeiro:

	31/12/13	31/12/12
Receitas financeiras	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	-	19
Descontos obtidos	-	-
Despesas financeiras	-	-
Outras despesas financeiras	(5)	(6)
Total	(5)	14

10. Imposto de Renda e Contribuição Social:

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (191)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social 34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação 65
Efeito dos impostos diferidos não reconhecido sobre: (65)
Prejuízo fiscal e base negativa -
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado -
A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Conforme facultado pela legislação tributária, em 2012 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social, conforme quadro a seguir:

	31/12/13	31/12/12
Receitas financeiras	20	20
Base de cálculo	20	20
Alíquota efetiva - 24% (15% de IRPJ e 9% de CSLL)	24%	24%
IRPJ e CSLL no resultado	(4)	(4)

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 9% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

11. Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. **a) Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros. O financiamento captado pela Companhia possui como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os

passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP. Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribuímos a TJLP, levando em consideração que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento sólido e investimentos voltados para a infraestrutura. **b) Análise de sensibilidade:** A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2013. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas. A análise de sensibilidade inclui aplicações financeiras e financiamento com terceiro. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio

	Risco	Impacto no resultado e patrimônio
Ativo financeiro		
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	(99)
Financiamentos		
Passivo financeiro		
Notas promissórias	Alta do CDI	(172)
BNDES - ponte	Alta da TJLP	(57)
Total		(328)

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Conforme mencionada na nota explicativa 1, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo e dependerá de recursos de acionistas e/ou financiamentos de terceiros para conclusão de seus compromissos de construção dos parques eólicos. **d) Operações com instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **e) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **f) Risco da escassez de vento:** Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazzes de vento" do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências. **g) Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos e o nível hierárquico dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo representados por aplicações financeiras foram classificados como nível 2. O nível 2 é caracterizado como sem mercado ativo. Para um instrumento financeiro que não tenha mercado ativo o valor justo é apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreciação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outros instrumentos que sejam substancialmente o mesmo. **12. Cobertura de Seguros:** O quadro a seguir apresenta o principal valor em risco com coberturas de seguros utilizados pela companhia:

Objeto da garantia	Importância segurada	Vigência Início	Fim	Segurado
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação (LEN 2011)	R\$2.201	05/12/2011	01/06/2014	ANEEL
13. Transações não Envolvendo Caixa: Durante o exercício de 2013 e de 2012, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto essas transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:				
	31/12/2013	31/12/2012		
Encargos financeiros capitalizados	886	2		
Adição de imobilizado através do reconhecimento de pagamentos baseados em ações de sua controladora indireta Renova Energia S.A.	-	6		
Integralização de capital com saldo de partes relacionadas	-	340		
Integralização de capital com adição de imobilizado pago pela sua controladora indireta Renova Energia S.A.	-	551		
Aquisição de imobilizado em aberto junto a fornecedores	18.564	4.695		
Rendimentos financeiros capitalizados	(215)	-		

Contador

Reinaldo Cardoso da Silveira
CRC 014311-BA

Diretoria

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto
Diretor PresidenteNey Maron de Freitas
Diretor Técnico-Operacional e Diretor Administrativo e Financeiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Centrais Eólicas Espigão S.A.
Pindai - BA

Examinamos as demonstrações financeiras da **Centrais Eólicas Espigão S.A.** ("Companhia"), em fase pré-operacional, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com

o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Centrais Eólicas Espigão S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 4 às demonstrações financeiras, a Companhia vem aplicando recursos significativos em obras de infraestrutura e na aquisição de bens destinados à produção de energia. De acordo com as projeções da administração, esses valores serão absorvidos pelas receitas de operações futuras. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e, para a finalização do projeto, objetivando o cumprimento dos compromissos de venda de energia já assumidos, dependerá de recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros.

Pindai, 17 de fevereiro de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC - nº 2SP 011.609/O-8-F-BA
José Lutz Santos Vaz Sampaio
Contador - CRC - BA 015.640/O-3

Deloitte.